



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPel e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

O ARROZ, O FONIO E O AMENDOIM NO SENEGAL: Colonialismo e Resistência no que se produz e se come.

Autoria: Evelize Cristina Moreira (UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora)

Esta pesquisa dá continuidade à investigação de mestrado que foi empreendida entre 2017 e 2019, a fim de investigar a cultura alimentar de senegaleses em contexto migratório na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A migração senegalesa não é um fenômeno recente, segundo Romero (2017), as migrações contemporâneas de senegaleses datam entre as décadas de 60 e 90, para países do Continente Africano, Europa e Estados Unidos. Esses deslocamentos buscavam suprir questões econômicas, familiares e religiosas. Os países da América Latina, sobretudo Brasil e a Argentina, tem se apresentado como alternativa para a migração de senegaleses, frente as barreiras que países de destinos comumente procurados tem imposto através de políticas anti-imigração. A partir do ano de 2012, a imigração senegalesa passou a ser vista como fenômeno migratório recente no Brasil (UEBEL, 2017; ROMERO, 2017; HERÉDIA E GONÇALVES, 2017; TEDESCO, 2013; entre outros). A partir da pesquisa inicial, o arroz, o amendoim e o fonio, que é uma variação do painço, e alimenta sobretudo as populações mais pobres e camponesas do Senegal, se revelaram como alimentos que fazem parte não apenas da história social senegalesa, mas do mesmo modo como símbolos de imposições e resistências coloniais que deixaram marcas estruturais no país. Atualmente os cereais e a semente estão extremamente ligados à manutenção da economia e migração no país. Os governos da África Ocidental iniciaram a criação de políticas de restrição comercial para proteger a produção local de arroz, por exemplo. À vista disso, o governo senegalês exige que os comerciantes primeiro comprem os estoques de arroz produzidos localmente e apenas depois, caso seja necessário, invistam no arroz importado, que também é limitado por cotas aos comerciantes. Podemos pensar desta forma como estes alimentos podem ter significados tão simbólicos que dizem respeito a estruturas da sociedade senegalesa e



se relacionam diretamente com um sistema alimentar, onde este sistema alimentar passa por processos de transformação, elaboração e consumo que envolvem sujeitos (POULAIN, 2002) e suas heranças históricas, e como estas heranças se apresentam através de seus elementos constitutivos de cultura, como a comida e escolhas, ou falta de escolhas, alimentares. A partir disto, tem-se pensado e questionado como a produção e fomento à produção destes alimentos influencia as dinâmicas e projetos migratórios, pensando em um contexto pós-colonial, onde se revelam também como estratégia de sobrevivência econômica para o país.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: